



Reproduções de Nestor Müller

A todo vapor

Desde o início do século XX, a madeira da Bacia do Rio Doce passou a ser cortada e exportada. Uma cena muito freqüente: vapor recebendo madeira em Linhares

Um símbolo

Montado com ferro trazido da Alemanha, o vapor Juparanã ligava Linhares a Baixo Guandu. Encalhou definitivamente em Colatina, em 1952

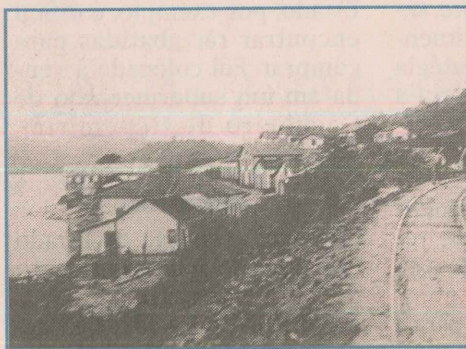
Rio Doce: água cobrada?

Nasce uma perspectiva polêmica. Após 500 anos, usuário poderá ter de pagar pela água do Rio Doce

O ouro só foi encontrado após 200 anos

“O rio corria magestoso entre as escuras florestas que o margeiam (...). E eu me sentia humilhado diante desta natureza tão possante e austera; minha imaginação se assustava quando eu pensava que as matas intensas que me cercavam (...) ocupavam toda a parte Leste da Província de Minas Gerais e cobriam, sem qualquer interrupção, as do Espírito Santo (...).”

Este relato foi feito em 1822 pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire.

**ESTRADA DE FERRO**

Vila Colatina, uma das muitas erguidas às margens do Rio Doce. A Estrada de Ferro Vitória-Minas teve repercussão decisiva na economia do interior

ANGELO PASSOS

com a existência desse Comitê? Presume-se que começarão a acontecer coisas que não aconteceram nos últimos 500 anos. Por exemplo: o uso da água do Rio Doce deverá ser tributado, conforme prevê a Lei 9433/97.

A mesma legislação estabelece que o uso da água é uma outorga fornecida pelos governos estaduais (do Espírito Santo e de Minas). O usuário receberá autorização, ou concessão. Também haverá enquadramento dos cursos d'água em classes de usos.

A Lei das Águas, como é conhecida a Lei 9433, assenta-se em cinco princípios básicos. O primeiro deles é a adoção da bacia hidrográfica (talvez hidrogeológica) como unidade de planejamento. O tamanho da demanda e disponibilidade

**BOTOCUDOS**

Este grupo de botocudos foi fotografado em 1904, na Bacia do Rio Doce

co da água é o princípio que servirá como base para a instituição da cobrança

Trem, minério e aço mudam toda a história

- A Estrada de Ferro Vitória-Minas foi o grande vetor de desenvolvimento econômico de toda a área percorrida pelo Rio Doce. A efetiva exploração de potenciais do Vale ocorreu a partir da abertura e construção de vários trechos dessa linha férrea.

Desde a inauguração da primeira estação ferroviária, a de Porto Velho, em 1904, até a última, em Itabira, em 1945, a EFVM induziu o surgimento de povoados, que viraram vilas, que viraram cidades, que viram

reza tão possante e austera; minha imaginação se assustava quando eu pensava que as matas intensas que me cercavam (...) ocupavam toda a parte Leste da Província de Minas Gerais e cobriam, sem qualquer interrupção, as do Espírito Santo (...).

Este relato foi feito em 1822 pelo naturalista francês Auguste Saint-Hilaire, pouco tempo após o Rio Doce ter sido "franqueado à navegação". Sim, "franqueado à navegação". Os portugueses chegaram ao "Mar Dolce", em 1501, somente após três séculos, isto é, em 1800, ocorreu o "franqueamento", promovido pelo governador da Capitania do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva Pontes. Fê-lo visando à ocupação da região ribeirinha.

A liberação (ou "franqueamento") do Rio Doce para transporte só foi permitido pela Coroa Portuguesa após esgotado o vigor a lavra mineira de ouro. Antes, preocupado em evitar contrabando e manter controle sobre a produção e venda do ouro extraído nas Minas Gerais, o Trono Português baixou a "Resolução 1771" proibindo a abertura de caminhos para a região aurífera.

Os portugueses foram tenazes. Perseguram o sonho do ouro durante 200 anos após chegarem aqui. O donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil Araújo, realizou até 1682 nada menos de 14 entradas, através do Rio Doce, em busca da lendária Serra das Esmeraldas. Somente em 1696 descobriram os portugueses descobriram ouro em Mariana. Em 1698, em Ouro Preto; em 1705 em São João Del Rey.

Vinte anos após o "franqueamento da navegação", isto é, em 1820, o governador Francisco Alberto Rubim, realizou a distribuição de 87 sesmarias no Rio Doce, "com meia légua de quadro cada uma". Na mesma época, no lado mineiro houve iniciativas semelhantes. Começava, de fato, a colonização do Vale do Rio Doce.

Documentos históricos contam que o escoamento por via fluvial da produção econômica das colônias e fazendas ao longo do rio ocorreu a partir de 1836. Foi quando o engenheiro J. D. Sturz subiu pela primeira vez o Rio Doce com um vapor. Este recurso de transporte foi usado até meados da década de 50, ligando Porto Final, em Baixo Guandu, à Regência (em Linhares).



ESTRADA DE FERRO

Vila Colatina, uma das muitas erguidas às margens do Rio Doce. A Estrada de Ferro Vitória-Minas teve repercussão decisiva na economia do interior

Em 13 de dezembro de 5001, a esquadra de André Gonçalves, cumprindo ordens da Coroa Portuguesa, descia o oceano Atlântico. Margeava a costa com a missão de fazer reconhecimento dos acidentes geográficos (montanhas, lagos, enseadas, etc) e informá-los a El-Rey.

A sete milhas do litoral, os lusitanos perceberam o mar fortemente tingido pelas águas barrentas de um grande rio. Deram-lhe o nome de Rio Santa Luzia, a homenageada pelo calendário católico em 13 de dezembro.

Aos 500 anos de história, este enorme reservatório de água passa a receber um novo tratamento da sociedade. Ganha de presente uma instituição chamada Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - que pretende fazê-lo viver mais e melhor. Como? "Através de programas de recuperação e preservação ambiental", responde Alberto Flávio Pego e Silva, o Beto Pego, coordenador do projeto Rio Doce, 500 anos.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce também pode ser chamado de Parlamento da Bacia do Rio Doce. Foi aprovado por unanimidade, no último dia 30 de novembro, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

A instalação do Comitê se dará no máximo em seis meses. A partir daí, executar ações programáticas. Vem, então, a pergunta inevitável: o que vai mudar

A mesma legislação estabelece que o uso da água é uma outorga fornecida pelos governos estaduais (do Espírito Santo e de Minas). O usuário receberá autorização, ou concessão. Também haverá enquadramento dos cursos d'água em classes de usos.

A Lei das Águas, como é conhecida a Lei 9433, assenta-se em cinco princípios básicos. O primeiro deles é a adoção da bacia hidrográfica (talvez hidrogeológica) como unidade de planejamento. O tamanho da demanda e disponibilidade de água resultarão no balanço hídrico.

Outro princípio, focaliza os usos múltiplos da água. E, aí, deverá ocorrer uma inversão histórica. Não deverá mais haver predomínio do setor elétrico na gestão dos recursos hídricos. É este gerenciamento será descentralizado, diz o terceiro princípio da Lei das Águas.

O reconhecimento do valor econômi-



O ARCO DA VIDA

O velho Krenak, um guerreiro da mata

O rio mobiliza a sociedade civil

A criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce cria a expectativa de novos fatos.

Propositadamente, acontece nas comemorações de 500 anos do descobrimento português deste manancial, na época navegável com tanta facilidade que recebeu a denominação de Mar Dulce.

Não há dúvida de que o Comitê é um avanço, mas deve ser lembrado que a apresentação e o debate de propostas para fortalecimento econômico e ambiental da Bacia do Rio Doce, remonta de aproximadamente três décadas. Há uma grande quantidade de ações, pesquisas e documentos a esse respeito.

O processo de ocupação da Bacia do Rio Doce é um capítulo pouco estudado na His-

tória do Brasil. Mas hoje esta área geográfica é uma das mais estudadas no país. E destaca-se pelo poder de mobilização da sociedade civil e de forças políticas.

As atividades realizadas

pela Comissão Especial para Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, são acompanhadas no Legislativo, pelas Assembléias do Espírito Santo e de Minas Gerais e pelas bancadas dos dois

Estados no Congresso Nacional, onde constituíram a Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Um abaixo assinado por deputados federais e senadores capixabas e mineiros foi entregue no dia 6 de abril de 1999 ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha.

Trata-se de um conjunto de propostas. Dentre elas, o dessassoreamento do Rio Doce no trecho Aimorés a Regência, canalização desse trecho visando a transformá-lo em via navegável, estudos de economicidade visando a construção de um porto, controle das enchentes, combate a seca e resgate do meio ambiente agredido.

PRIMEIROS DONOS DO PEDAÇO

'Os Borum do Watu'

Este é o título de um ótimo livro de autoria de Geralda Soares. O subtítulo "Os Índios do Rio Doce", esclarece o teor. Borun eram os índios Krenak. Watu, o Rio Doce. A grande família Jê (há quem prefira Gê), cujas tribos eram genericamente conhecidas como Botocudos (devido ao uso do batoque, adornos para lábios e orelhas) eram os habitantes da bacia do Rio Doce, quando os portugueses chegaram, em 1501. Essa família de índios incluía, entre outros, os Aimorés, os Nak-ne-nuks, os Maxacalis e Krenaks. Eram rivais dos Tupis. Isto restringia a presença dos Botocudos à bacia do Rio Doce, tolhendo sua expansão em direção ao interior. Os Botocudos eram hostis aos portugueses.



BOTOCUDOS

Este grupo de botocudos foi fotografado em 1904, na Bacia do Rio Doce

co da água é o princípio que servirá como base para a instituição da cobrança da água. Por fim, vem o princípio de que a água é um bem finito e vulnerável - realidade crua, vista no dia-a-dia.

Gestão institucional

O estágio atual da gestão institucional dos recursos hídricos pode ser resumido num arcabouço, com quatro grandes bases: 1) O Código das Águas (de 10/07/1934); 2) A Constituição de 1988 estabeleceu que todos os corpos de água são de domínio público, pertencendo à União aqueles que banhem mais de um Estado (caso do Rio Doce); 3) a Lei das Águas (9433/77); 4) organismos criados pelo Sistema de Recursos Hídricos.

Estes organismos são o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, comitês de bacias hidrográficas (parlamentos das águas das bacias), agências das águas (braços técnicos dos comitês, encarregados de gerir os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água), organizações civis de recursos hídricos e Secretaria de Recursos Hídricos, da União.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce é um colegiado constituído em 40% por representantes do governo (federal, estadual e municipal), 40% por empresas usuárias e 20% pela sociedade civil, através de ONGs (organizações não governamentais).

meio de toda a área percorrida pelo Rio Doce. A efetiva exploração de potenciais do Vale ocorreu a partir da abertura e construção de vários trechos dessa linha férrea.

Desde a inauguração da primeira estação ferroviária, a de Porto Velho, em 1904, até a última, em Itabira, em 1945, a EFVM induziu o surgimento de povoados, que viraram vilas, que viraram cidades, que viraram até metrópoles. Algumas delas hoje têm mais de 350 mil habitantes - e exibem pinta cosmopolita. A Bacia do Rio Doce é uma região com 228 municípios, onde vivem aproximadamente 3,5 milhões de habitantes.

O Quadrilátero Ferrífero mineiro foi transformado em Vale do Aço, estendido ao Espírito Santo. Foi a EFVM que viabilizou o suprimento de matéria-prima para grandes plantas industriais de aço, como a Usina Siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas), Aços Especiais Itabira (Acesita), Companhia Siderúrgica Hime, Companhia Siderúrgica Belgo Mineira e

Companhia Siderúrgica de Tubarão. A Estrada de Ferro VM foi um dos fatores preponderantes na decisão do presidente Ernesto Geisel em localizar a CST no Espírito Santo (impondo derrota ao lobby feito por São Paulo).

A EFVM transporta 80 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. É matéria-prima para este conglomerado de siderúrgias.

Antes da ferrovia, a expedição no leito do Rio Doce fizeram surgir duas estradas de terra, saindo do Espírito Santo em direção ao interior das Minas Gerais. A primeira, construída entre 1812 a 1819, foi apelidada de "Estrada do Rubim". Ligou o atual município de Santa Leopoldina até a capital mineira, Vila Rica (atual Ouro Preto). Posteriormente, esta estrada recebeu o nome de São Pedro de Alcântara.

A segunda estrada surgiu entre 1848 a 1857. Chamou-se Santa Teresa. Saía também de Santa Leopoldina e ia até a Barra do Córrego Natividade, hoje município de Aimorés, em Minas, na divisa com o Espírito Santo.

"A floresta forma uma densa muralha ao longo do rio, tão densa que o olhar não penetra em sua sombra", disse Charles Hartt, flutuando sobre o Rio Doce em 1865. Há notícias de a paisagem que deslumbrou Hartt permaneceu quase intacta até a virada do século (1900). Depois...